

CAPÍTULO 6

Mobilidades e afetos: movimentos que transformam a pesquisa

CAMILA ALVES MANTOVANI E FATINE OLIVEIRA

O verbo movimentar pode significar deslocamento de um lugar ao outro, uma ação provocada por uma força capaz de retirar um corpo ou objeto de sua condição de repouso. Pode também ter o sentido de dar vida, animar. A temática do movimento inspirou filósofos a pensar a nossa relação com o mundo, a partir de perguntas como “O que nos move?” ou “Como nos movemos?”. Para Aristóteles, por exemplo, seria impensável a recusa ao estudo do movimento se o que se deseja é compreender a natureza, pois, para ele “a natureza é princípio de movimento e mudança” (Phys. iii 1, 200b 14-15, apud PUENTE, 2010)

Da Filosofia aos campos disciplinares contemporâneos, questionamentos acerca do movimento ainda permanecem. No entanto, quando o foco recai sobre os sujeitos, um elemento importante para a análise se destaca, a saber, a intencionalidade. Pesquisadores da Geografia Humana tomam a intencionalidade do movimento como um traço partilhado por animais e humanos, pontuando que o estudo desses movimentos intencionais se mostra fundamental para compreender a “dinâmica dos ecossistemas, cidades e ambientes.” (MILLER et al., 2019). Ou seja, na potencialidade abarcada pelo movimento humano (poder mover-se ou

não), há que se pontuar uma dimensão estratégica que organizaria as ações e, com isso, seria capaz de revelar dinâmicas sociais, culturais e econômicas.

Bauman, por sua vez, no seu livro “Globalização: as consequências humanas” (1999), já nos alertava para as assimetrias do movimento tendo por base, justamente, a questão da intencionalidade, pois, ao observar as mobilidades contemporâneas, via nelas mais movimentos compulsórios (ou mesmo a proibição total do movimento), que um livre ir e vir. A partir dessas desigualdades, estabeleceu as categorias do turista e do vagabundo.

Nessa relação, o turista seria aquele que se move por escolha, e essa escolha pode ser efeito da “sedução operada pela mítica do movimento” ou pode estar baseada em uma racionalidade estratégica, tendo em vista as “circunstâncias” que se apresentam. Sendo assim, para o autor, nem todos estão em movimento por escolha e, talvez, muitos preferissem levar uma vida menos nômade ou ir para outros lugares. “Se estão se movendo é porque ‘ficar em casa’ num mundo feito sob medida para o turista, parece humilhante e enfadonho e, de qualquer modo, em longo prazo não parece uma proposta factível.” (BAUMAN, 1999, p. 101). Aqueles que se movem contra sua vontade, seja porque foram empurrados ou desenraizados, são, na categorização de Bauman (1999), os vagabundos.

Turistas e vagabundos habitam mundos diferentes. Para os primeiros, a experiência da mobilidade é uma experiência temporal, já que o espaço pouco importa. Não há fronteiras ou muros que impeçam seu movimento pelo território, assim como as mercadorias e o capital, eles também se tornaram fluxo. Já o mundo dos vagabundos é denso. A dificuldade do movimento ou mesmo a imobilidade são combinadas ao movimento compulsório que, muitas vezes, força-os a se moverem de um determinado território que não lhes foi autorizado habitar.

Os turistas têm horror dos vagabundos pela mesmíssima razão que os vagabundos encaram os turistas como gurus e ídolos: na sociedade dos viajantes, na sociedade viajante, o turismo e a vagabundagem são as duas faces da mesma moeda. (BAUMAN, 1999, p.105)

Para o autor, a caracterização do movimento contemporâneo nas figuras do turista e do vagabundo tem ainda a importante função de dissipar o efeito homogeneizador que o termo “nômade” parece produzir quando aplicado a todos os “contemporâneos da era pós-moderna”.

Para além dessas figuras emblemáticas, desejamos introduzir outros sujeitos para ampliar as noções aqui apresentadas. Pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, grávidas ou mães com crianças de colo, idosos ou mesmo pessoas acima do peso, nos permitem perceber e refletir sobre as diferentes formas de mobilidade, em especial, aquelas que se dão nos espaços urbanos que, muitas vezes, não foram planejados de forma acessível para todos.

Dessa maneira, pensar a mobilidade é, de saída, reconhecer assimetrias (SHELLER, 2018). Identificar a relação de diversas formas de vulnerabilidades com o movimento, pode nos ajudar a compreender como preconceitos de raça, classe social, gênero e corpo estão presentes nas formas de ocupação das cidades, nos meios de transporte, no direito de ir e vir, nas formas de participação política e econômica.

Quando as pessoas vivem no cruzamento de múltiplos vetores de opressão, o acesso irrestrito à mobilidade e ao espaço público não é garantido. Racismo, sexismo, classismo, capacitismo, xenofobia, homofobia e as restrições impostas a pessoas em não conformidade com o gênero podem tornar o espaço público hostil a muitos¹. (SHELLER, 2018, p. 17, *tradução livre*)

No contexto das práticas de pesquisa, o movimento pode ainda indicar caminhos metodológicos. Aproximações com sujeitos, culturas e histórias, ressaltando o contato e as experiências, adotando, assim, uma “ética do encontro”, ou seja, uma postura de construção do saber a partir dos afetos presentes nessas trocas, em detrimento do isolamento proposto pela objetividade científica. Para Moriceau (2019, p.45), “a relação ética aberta pelos afetos nos força a repensar nossas certezas e

1. When people live at the intersection of multiple vectors of oppression, unfettered access to mobility and public space are not guaranteed. Racism, sexism, classism, ableism, xenophobia, homophobia, and constraints imposed upon gender-non-conforming folks can make the public space hostile to many.

nosso ser de pesquisador. Nós aprendemos muito, mas esse conhecimento vem da ética e não o contrário”.

Nossa proposta aqui é refletir sobre como as questões trazidas pela mobilidade, em especial a que se dá nos espaços físicos e que permitem determinadas sincronidades, podem atuar no processo da pesquisa, tornando possíveis alguns encontros e, em certos momentos, impedindo outros. Para isso, tomaremos a experiência com a deficiência e os desafios envolvidos no deslocamento e participação de uma das autoras do texto, em um evento, na cidade de São Paulo, em 2020. Esperamos, assim, poder levar os leitores e as leitoras a observar e refletir sobre como esses movimentos influenciam e contribuem para a construção do olhar sobre as (i)mobilidades.

Afetos em circulação

Cena 1: Deslocamentos e partilhas: ouvir e se deixar levar

A unidade do SESC (Serviço Social do Comércio) de São Paulo realizou no período dos dias 04 a 07 de março de 2020, a segunda versão do “Nós Tantas Outras: Mulheres e Novos Imaginários”², um encontro internacional com coletivos feministas do Brasil e América Latina. Diversas pesquisadoras, representantes de grupos de mulheres de diversas pautas se reuniram em conferências e grupos de trabalho com o intuito de apresentarem suas formas de organização e atuações na defesa dos direitos da mulher.

Particpei do evento como ouvinte e palestrante, representando o “Coletivo Feminista Helen Keller”, um grupo integrado por mulheres feministas com deficiência, advindas de diversas partes do Brasil, que dividem o anseio por uma agenda política mais inclusiva, com respeito a diversidade corporal, de classe, raça e, principalmente, gênero. Compreendendo a deficiência como o resultado da interação de um corpo com impedimentos em contato com barreiras de natureza física, social,

2. Disponível em: <https://www.secsp.org.br/programacao/210839_NOS+TANTAS+OUTRAS>. Acesso em: 12 de março de 2020.

econômica, dialogando com a perspectiva do modelo biopsicossocial³, o coletivo denuncia a existência de uma forma de opressão que incide principalmente sobre corpos com deficiência.

Conhecido como capacitismo, termo correspondente ao *ableism* (CAMPBELL, 2011), este tipo de preconceito segmenta indivíduos considerados incapazes de participar ativamente na sociedade a partir de discursos sustentados por “uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de eu e corpo (o padrão corporal) que é projetado como o perfeito, típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano. A deficiência é então moldada como um estado diminuído de ser humano.”⁴ (CAMPBELL, 2001, p. 44)

Essa condição de vulnerabilidade favorece o surgimento de desigualdades provocadas pela distribuição de renda entre a população com deficiência, conforme verificado pelo censo realizado pelo IBGE em 2010. A pesquisa revela que apenas 23,6 % da população com deficiência possuía algum tipo de ocupação de trabalho, porém 26,2% deste total tinham rendimento correspondente ao valor de meio ou um salário mínimo⁵. Em resumo esses dados nos mostram a situação de baixa renda, proveniente de empregos informais ou provisórios, da maioria da população com algum tipo de deficiência.

Imprescindível destacar que um terço desta renda (ONU, 2015)⁶ direciona-se aos custos de vida provocados pelos gastos com saúde – medicamentos e tratamentos especializados para determinadas doenças,

3. O modelo biopsicossocial busca conciliar as dimensões sociais da deficiência - preconceitos, barreiras, falta de acessibilidade - às dimensões biomédicas - questões ligadas ao corpo, dores e tratamentos requeridos para melhor qualidade de vida. Tal modelo caminha para “uma abordagem que considera a individualidade da pessoa com deficiência, mas não a penaliza por sua condição” (PESSOA et al. 2020)

4. A network of beliefs, processes and practices that produces a particular kind of self and body (the corporeal standard) that is projected as the perfect, species-typical and therefore essential and fully human. Disability then is cast as a diminished state of being human. (CAMPBELL, 2001, p. 44)

5. No período da pesquisa o salário mínimo tinha o valor de R\$ 510,00.

6. Disponível em: <https://www.un.org/disabilities/documents/sdgs/infographic_statistics_2016.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2020.

compra de órteses, cadeira de rodas –, educação, transporte, moradia, alimentação envolvidos no cuidado de pessoas com deficiência.

Diante de um cenário tão hostil, sou tomada por uma inquietação que me provoca a partir de vários lugares: sou mulher, pessoa com deficiência e pesquisadora. Quais são os limites impostos à nossa participação nos mais diversos espaços? Da ida à universidade, ao Congresso que se realiza em outra cidade, que elementos se apresentam e se inter põem a esses deslocamentos? Ao residir em um bairro na região metropolitana de Belo Horizonte, lido, cotidianamente, com a precariedade dos transportes públicos, as ruas cheias de buracos e mal asfaltadas, as calçadas irregulares e outros tipos de barreiras físicas, que me impedem de realizar alguns deslocamentos pela região. Quando necessário, porém, lanço mão do transporte próprio, a partir da disponibilidade de um familiar em me conduzir nesses deslocamentos.

Pensar essas (i)mobilidades - que são minhas e de tantas outras pessoas em situação de vulnerabilidade - e suas implicações para uma efetiva a participação em sociedade, revela a necessidade de se colocar em pauta a discussão sobre formas mais equânimes de mobilidade.

As mobilidades justas não se referem apenas ao transporte nas cidades, embora isso seja uma parte importante, mas também às micro mobilidades, que se dão em escala corporal e que são influenciadas por processos raciais e de classe, por práticas de gênero e pelas conformações sociais da deficiência e da sexualidade⁷. (SHELLER, 2018, p.21, *tradução livre*)

No primeiro dia do evento, participei como ouvinte no grupo de trabalho “Saberes, ciência e tecnologias”. A partir da fala das apresentadoras, pude perceber que o que estava em jogo ali era uma discussão sobre a construção de saberes de povos tradicionais, oriundas de tradições, que atuam como formas de resistência, em interação com conhecimentos científicos e novas tecnologias. Apesar de uma aparente dispari-

7. Mobility justice is not just about transportation within cities, though that is an important part of it, but also about the smaller micro-mobilities at the bodily scale that are inflected by racial and classed processes, gendered practices, and the social shaping of disabilities and sexualities.

dade, as histórias se conectavam como se fizessem parte de uma mesma narrativa.

A fala de uma mulher indígena, pelo direito de ter acesso ao conhecimento dos xamãs, exclusivo aos homens de sua tribo, permitiu-me perceber como as questões de gênero permeiam diversas culturas e formas de vida. A questão da formação profissional, como um fator importante para a independência financeira e conquista de autonomia pelas mulheres, foi um tema também bastante presente nas apresentações. A questão da maternidade também foi abordada, com foco na violência obstétrica de mulheres na Argentina. A intenção do projeto era dar visibilidade às diversas maneiras de se violentar as mães - de forma física e psicológica - durante o parto. Questões como licença maternidade, abandono de projetos pessoais, recusas em entrevistas de emprego foram trazidas como formas de controle sobre o corpo feminino.

Neste dia, o tema da deficiência também apareceu, a partir da fala de uma mulher, cadeirante, que representava um coletivo de mulheres com deficiência. Seu ponto de partida era a invisibilidade das mulheres com deficiência nos movimentos feministas. A sua fala me foi muito próxima, tocando em pontos que vivencio no meu cotidiano, promovendo uma dinâmica de afetação que se dava, justamente, pela proximidade e pelo reconhecimento.

Quando todos os grupos finalizaram suas apresentações, a mediadora abriu a roda de debates, permitindo que o público realizasse perguntas ou considerações sobre os trabalhos. Naquele momento, senti a necessidade de falar para reforçar a importância da presença de mulheres com deficiência naquele espaço. Precisava falar, dizer do meu lugar, reiterar experiências, sentimentos, vivências, trazer outros pontos de vista. A partir da minha fala outras vieram e pude também perceber a riqueza de um debate interseccional, destacando a mobilidade como um exemplo de relação os múltiplos corpos que ali se apresentavam.

Ao final, enquanto o público presente confraternizava, apreciando cafés e trocando contatos, fui abordada por uma das ouvintes que se identificou com a minha fala. Mulher negra idosa, ela me surpreendeu ao compartilhar que algumas das suas inquietações referentes as formas de locomoção nas cidades eram similares as que vivencio. Outro tema

que esteve presente em nossa conversa foi a percepção em torno das diferentes dinâmicas de tempo para realizar pequenos - ou grandes - deslocamentos. Nesse momento, o espaço de fluxos e o espaço de lugares entravam em fricção.

Para Milton Santos (2008), a percepção acelerada e simultânea do tempo gera alguns lugares comuns como as ideias de aldeia global e de supressão do espaço. No primeiro caso, o autor sugere que, em vez de trabalharmos com a ideia de aldeia, melhor seria lidarmos com o conceito de cidades globais: “cidades interligadas eletronicamente através de uma rede por onde fluem informações diversas.” Já a noção de que o tempo suprime o espaço advém de “uma interpretação delirante do encurtamento das distâncias” (SANTOS, 2008).

De acordo com o autor, resguardando-se as questões referentes às distintas possibilidades de acesso aos novos meios de circulação, mesmo os indivíduos privilegiados não experimentaríamos a eliminação do espaço, mas sim a possibilidade de um “novo comando à distância”.

Nessa dinâmica de distintas velocidades e temporalidades, temos o espaço de fluxos e seu tempo intemporal que, segundo Castells (2007), representa a fragmentação da noção de tempo, o que transformaria a experiência da temporalidade em algo da ordem da simultaneidade e da intemporalidade. Esses dois elementos são percebidos em relação aos fluxos infocomunicacionais que circulam nas redes. A simultaneidade é vivenciada quando, via mediações digitais, compartilhamos eventos e situações distantes no espaço. Já a intemporalidade diz de uma forma de acesso à informação que não privilegia um mecanismo linear de organização e recuperação de dados, mas se relaciona aos “impulsos do consumidor ou às decisões do produtor”. Assim que, “o tempo intemporal ocorre quando as características de um dado contexto – paradigma informacional e a sociedade em rede – causam confusão sistêmica na ordem sequencial dos fenômenos sucedidos naquele contexto” (CASTELLS, 2007, p. 556).

Voltando a Castells (2007), se o tempo intemporal pertence ao espaço de fluxos; o tempo biológico e a sequencialidade, que estruturam e caracterizam os lugares em todo o mundo, pertencem ao espaço de lugares,

local onde o efeito desordenador do tempo, causado pelas tecnologias de informação e comunicação, é percebido e vivenciado.

[o espaço de fluxos] dissolve o tempo desordenando a sequência dos eventos e tornando-os simultâneos, dessa forma instalando a sociedade na efemeridade eterna. O espaço de lugares múltiplos, espalhados, fragmentados e desconectados exhibe temporalidades diversas, desde o domínio mais primitivo dos ritmos naturais até a estrita tirania do tempo cronológico. Funções e indivíduos selecionados transcendem o tempo, ao passo que atividades depreciadas e pessoas subordinadas suportam a vida enquanto o tempo passa (CASTELLS, 2007, p. 559).

Essa “densidade” atribuída ao espaço na fala de Castells (2007) encontra ressonância nas palavras de Bauman (1999) ao descrever a relação estabelecida entre o vagabundo e o local que, pelo efeito desordenador das tecnologias e seus espaços de fluxos, se vê esvaziada de sentido. Habitantes do primeiro mundo (turistas) e do segundo mundo (vagabundos), assim são caracterizados os tipos que se configuram em relação à capacidade ou não de se moverem. Os primeiros, de acordo com o autor, vivem no tempo, não importando o espaço. Já os segundos vivem no espaço, “pesado, resistente e intocável”.

[...] em vez de homogeneizar a condição humana, a anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais tende a polarizá-la. Ela emancipa certos seres humanos das restrições territoriais e torna extraterritoriais certos significados gerados de comunidade – ao mesmo tempo que desnuda o território, no qual outras pessoas continuam sendo confinadas, de seu significado e de sua capacidade de doar identidade. (BAUMAN, 1999, p. 25)

Em comparação a velocidade dos atuais fluxos de informação, redução de distâncias com o uso de novas tecnologias e novas modalidades de transporte alternativo, pessoas com mobilidade reduzida vivenciam um outro ritmo para realizar suas atividades cotidianas de cuidado, movimentos diários que fazem emergir outras formas de observar a vida.

Essas disparidades colocam em conflito as formas de poder envolvidas no direito de ocupar determinados espaços públicos ou privados, permanecer em territórios e circular livremente. Segundo Mimi Sheller (2018), explorar outras políticas que relacionem as (im)mobilidades

indicam novos caminhos para repensar sustentabilidade, formas de planejamento urbano mais igualitária, uso de alternativas de transporte dentre outras. Portanto,

O uso do termo “(i)mobilidades” visa sinalizar que a mobilidade e a imobilidade estão sempre conectadas, associadas e co-dependentes, de modo que devemos sempre pensar nelas juntas, não como opostos binários, mas como constelações dinâmicas de múltiplas escalas, práticas simultâneas e de significados relacionais⁸. (SHELLER, 2018, p.21, *tradução livre*)

Cena 2: Com a palavra: apresentar, representar, experimentar e compartilhar

No dia 06 de março, no grupo de trabalho “Representatividade, representação e identidades”, pude me apresentar. Nesse GT, a ideia era debater sobre a diversidade feminina, suas diferentes formas de agrupamento e o esforço para se colocar em diálogo face a necessidade de uma organização mais igualitária.

Comecei a apresentação com uma pergunta: “Seu feminismo reconhece mulheres com deficiência?”. Confesso que queria provocar, tirar as pessoas de seu lugar, causar certo desconforto para promover reflexão. Não esperava por respostas, a pergunta era um pretexto para iniciar uma conversa e trazer informações sobre o coletivo que eu ali representava. Falei sobre suas principais campanhas e os objetivos de suas atuações em outros eventos. No entanto, dessa vez havia algo diferente na minha fala, dessa vez eu não me colocava ali só como uma mulher com deficiência, que falava em nome de um coletivo, naquele momento eu me apresentava também como pesquisadora, citava referências teóricas, discutia e problematizava minha experiência em relação a conceitos e autores.

Dentre os referenciais trazidos, um deles pareceu interessar mais aos presentes: a categorização da mulher com deficiência em relação ao masculino e às outras mulheres feita por Rosemarie Garland-Thomson (1997). Nas palavras da autora, a mulher com deficiência

8. The use of “(im)mobilities” is meant to signal that mobility and immobility are always connected, relational, and co-dependent, such that we should always think of them together, not as binary opposites but as dynamic constellations of multiple scales, simultaneous practices, and relational meanings.

(...) é um terceiro termo cultural, definido pelo par original da figura masculina e da figura feminina. Vista como o oposto da figura masculina, mas também imaginada como a antítese da mulher normal, a figura da mulher com deficiência é, assim, ambigualmente posicionada dentro e fora da categoria de mulher⁹. (GARLAND-THOMSON, 1997, p.29, *tradução livre*)

Após a minha fala, seguiram as apresentações de três mulheres com narrativas diversas, abordando as formas de resistência de mulheres negras peruanas, organização solidárias de mulheres que tiveram experiências no cárcere e, por fim, relatos de uma das lideranças do grupo de mulheres prostitutas do estado do Pará.

Das experiências trazidas, com toda a sua riqueza, força, coragem e dor, a da violência sofrida pelas mulheres em situação de cárcere, exposta pela companheira presente, foi das mais marcantes. O descaso que se faz perceber na superlotação das celas, na falta de produtos de higiene pessoal e no abandono familiar, reverberou muito fortemente. Outros elementos que apontam para situações de vulnerabilidade, vivenciadas no cárcere, são a questão racial - a maioria das detentas é negra - e as denúncias sobre maus tratos com mulheres grávidas e com deficiência.

Chama a atenção as estratégias de linguagem utilizadas para contornar ou distensionar os estereótipos que se vinculam à experiência no cárcere. Em tom jocoso, a apresentadora nos conta que, quando interrogada sobre o tempo em que permaneceu presa, costuma dizer que estava “em viagem a Paris”. Assim como ela, as integrantes do seu coletivo lançam mão desta ideia, dizendo incorporá-la em suas falas corriqueiras, ao receberem o mesmo questionamento.

Após as apresentações, tive oportunidade de conversar mais com essa companheira, que demonstrava muito interesse em conhecer mais sobre a vivência com a deficiência. Foi um momento em que pude notar o valor daquelas trocas. Os debates eram importantes, porém, os contatos mais intensos aconteciam nas pausas. Nelas, tínhamos a oportunidade

9. She is a cultural third term, defined by the original pair of the masculine figure and the feminine figure. Seen as the opposite of the masculine figure, but also imagined as the antithesis of the normal woman, the figure of the disabled female is thus ambiguously positioned both inside and outside the category of woman.

de nos relacionar com um pouco mais de intimidade e abertura, nós nos dávamos mais a conhecer, partilhávamos gostos em comum, ouvíamos as histórias pessoais.

Nesses momentos, o outro já não era mais um estranho a mim, mas tornava-se parte da minha existência. E os afetos podiam ser entendidos não apenas como sentimentos, sensações, mas também como modos de se perceber a existência. Afetos singelos, verdadeiros e de muita potência.

À guisa de conclusão

Todos nós experimentamos, de diferentes maneiras, as múltiplas dimensões, dinâmicas e interconexões da mobilidade. Enquanto finalizamos este capítulo, o mundo se vê às voltas com uma ameaça que, de forma bastante pungente, aponta para os riscos da mobilidade: a Covid19.

Junto com as narrativas que ressaltam as dimensões épicas do movimento e um desejo quase utópico de transformar o mundo em “um só”, sempre esteve presente o alerta para o fato de que a circulação física de pessoas e objetos, pode também tornar-se uma ameaça, ao mover “riscos e doenças pelo mundo” (HANNAM, et al., 2006).

Sendo assim, para sujeitos cuja liberdade de movimento parece não conhecer limitações, enfrentar dinâmicas que amarram seu movimento ou que, de maneira mais incisiva, buscam exercer controle sobre ele, podem ser bastante perturbadoras. No entanto, para alguns indivíduos, a convivência com o controle e o cerceamento do movimento fazem parte da vida.

Partindo do pressuposto de que há um padrão de mobilidade disseminado social e culturalmente, e de que, nos últimos tempos, a capacidade de se mover, não só por redes informacionais, mas também por redes físicas, tornou-se um valor propagado e, por conseguinte, também almejado por diferentes parcelas da sociedade, buscamos, aqui apresentar e refletir sobre algumas assimetrias que se fazem presentes nos encontros e nas possibilidades e impossibilidades do movimento.

Tais assimetrias são mais bem percebidas a partir do conceito de motilidade. Segundo Kaufmann et al (2004, p. 750, *tradução livre*),

A motilidade pode ser definida como a capacidade que as entidades (por exemplo, mercadorias, informação ou pessoas) têm de se movimentar no espaço social e geográfico, ou ainda, a forma como as entidades acessam e se apropriam de uma capacidade para exercer uma mobilidade sócio-espacial de acordo com as suas circunstâncias¹⁰.

Nesse aspecto, Kaufmann et al (2004) pontuam que a motilidade incorpora elementos interdependentes, que se referem **ao acesso** a diferentes formas e graus de mobilidade, **à competência** para reconhecer e fazer uso desse acesso e, por fim, **à apropriação** de uma escolha particular que pode, em alguns casos, incluir a opção pelo não-movimento.

Sendo assim, aprofundar a análise a respeito de sujeitos que não vivenciam o padrão de mobilidade contemporâneo, seja por escolha ou por imposição, buscando compreender os desdobramentos e afetações dessa imobilidade, numa sociedade que cada vez mais se pauta pelo movimento e pela fluidez, parece-nos ser fundamental.

Mais que tensionar a relação mobilidade/imobilidade por si (ou em si), há que se pensar o desejo em relação à capacidade de decisão. Eu quero me mover e posso ir ou eu desejo ficar e assim permaneço. Nesse jogo, a dimensão compulsória da mobilidade/imobilidade nos parece ser um elemento central.

A partir dos encontros aqui narrados, podemos perceber que os desafios cotidianos que se apresentam para pessoas em situação de vulnerabilidade, em especial as pessoas com deficiência, são múltiplos. Cada um deles, a partir de seus corpos, sente, experencia e (re)significa as experiências de uma determinada maneira. Assim, parece-nos imprescindível observar, vivenciar, recontar e refletir sobre essas vivências e suas assimetrias para que possamos avançar em termos conceituais e metodológicos nos estudos sobre deficiência, afetos e mobilidade.

10. Motility can be defined as the capacity of entities (e.g. goods, information or persons) to be mobile in social and geographic space, or as the way in which entities access and appropriate the capacity for socio-spatial mobility according to their circumstances.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As Conseqüências Humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. 146p.

CAMPBELL, F. K. *Contours of ableism: the production of disability and abledness*. Great Britain: Palgrave Macmillan, 2009.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v.1, 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GARLAND THOMSON, Rosemarie. *Extraordinary bodies: figuring physical disability in American culture and literature*. New York. Columbia University Press, 1997.

HANNAM, Kevin, SHELLER, Mimi, URRY, John. Mobilities, Immobilities and Moorings. In: *Mobilities*, vol. 1, n. 1, 2006, pp.1-22,

KAUFMANN, V., BERGMAN, M. M., JOYE, D. Motility: Mobility as Capital. In: *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 28, n. 4, 2004

MILLER, H. J., DODGE, S., MILLER, J., BOHRER, G. Towards an integrated science of movement: converging research on animal movement ecology and human mobility science. In: *International Journal of Geographical Information Science*, 2019, v. 33, n. 5, pp. 855-876, DOI: 10.1080/13658816.2018.1564317

MORICEAU, Jean-Luc. A virada afetiva como ética: nos passos de Alphonso Lingis. In: *Desigualdades, gêneros e comunicação*. PRATA, Nair; PESSOA, Sônia Caldas. São Paulo: Intercom, 2019, pp. 41-49.

PESSOA, S. C.; MANTOVANI, C. M. C. A.; COSTA, V. S. DA. Corpos pós-humanos e com deficiência em ambientes digitais. *E-Compós*, 28 jan. 2020. Disponível em: <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/1906>. Acesso em fev. 2020.

PUENTE, F. R. *Por que o movimento é a essência da natureza?* (Phys. III 1-3). *Kriterion*. Belo Horizonte, n. 122, Dez/2010, p. 505-519.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 384p.

SHELLER, Mimi. *Mobility justice: the politics of movement in the age of extremes*. London: Verso, 2018.